OEA/Ser. O

CIDI/INF. 543/23

12 abril 2023

Original: inglês

NOTA CONCEITUAL

SESSÃO ordinária dO

Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

25 DE ABRIL DE 2023

**TEMA: FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NAS AMÉRICAS, RUMO A UM MODELO DE**

**COLABORAÇÃO REGIONAL**

1. **Antecedentes/Justificação**

Ao longo das reuniões do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) realizadas no primeiro semestre de 2023, os Estados membros conheceram e discutiram a situação em que a conjuntura ambiental, econômica, social e política em todo o mundo – e notadamente nas Américas – está ameaçada pela realidade da mudança do clima. Para se enfrentar os desafios da mudança do clima, é necessário: 1) desacelerar o ritmo do aquecimento, reduzindo as emissões/liberação de gases de efeito estufa – Mitigação; e 2) reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das nossas populações aos efeitos inevitáveis da mudança do clima – Adaptação.

A mudança do clima representa uma ameaça crítica para todos os Estados membros e é uma questão central na agenda política e de desenvolvimento da região. Um dos desafios mais significativos que os países enfrentam é a necessidade de aumentar a escala e a velocidade dos fluxos de financiamento climático, o que é especialmente verdadeiro para os países em desenvolvimento com recursos fiscais limitados a fim de mitigar os efeitos das alterações climáticas e a elas se adaptar. O Acordo de Paris representa um marco significativo para os fluxos de financiamento climático para os países em desenvolvimento, fornecendo-lhes apoio na busca de um caminho de emissões líquidas zero e na promoção do desenvolvimento resiliente ao clima. No entanto, a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia desviaram alguma atenção das alterações climáticas. Mas a recente COP-27 da UNFCCC e a COP-15 da Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas em andamento estão agora chamando a atenção de volta para os desafios globais prementes da mudança do clima e da proteção da biodiversidade. Essas convenções globais ressaltam a necessidade urgente de esquemas de financiamento inovadores que envolvam governos, empresas e sociedade civil. Tais esquemas de financiamento são vitais para a catalisação de investimentos neutros em carbono, a criação de empregos verdes e a redução da dependência mundial dos combustíveis fósseis.

A ação climática – atividades concebidas para atenuar a mudança do clima e a ela adaptar-se – requer investimentos financeiros significativos, e é aqui que entra o financiamento climático. Um dos principais desafios que os países enfrentam é aumentar a escala e o ritmo dos fluxos de financiamento climático. Isto é particularmente verdadeiro para os países em desenvolvimento com espaço fiscal limitado para reduzir o risco do investimento do setor privado na mitigação da mudança do clima e na adaptação a ela.

Houve alguns desenvolvimentos positivos na redução da lacuna de escassez do financiamento climático. No entanto, restam muitas questões a serem resolvidas, como as relacionadas com o papel da região da América Latina e do Caribe (ALC) no processo de negociações da COP, os diferentes mecanismos utilizados para a implementação e a falta de harmonização dos procedimentos e a transparência na catalisação do tão necessário apoio financeiro na nossa região.

O cumprimento dos compromissos de mitigação e adaptação representa um desafio para todos os países, particularmente para aqueles em regiões em desenvolvimento, pois o custo dos investimentos necessários para a mudança do clima pode ser significativo. A COP-27 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), no Egito, destacou que os países em desenvolvimento sozinhos exigem anualmente cerca de US$ 1 trilhão em financiamento externo para alcançar suas contribuições nacionalmente determinadas (CNDs). Esses fundos são essenciais para iniciativas como a redução de emissões, a gestão das consequências de eventos catastróficos e a recuperação do ambiente natural. Além de suas próprias despesas, esses países precisam de apoio financeiro externo para cumprir suas metas de mudança do clima.[[1]](#footnote-1)/

O acesso ao financiamento climático é um grande obstáculo para a maioria dos países da ALC, especialmente os mais vulneráveis e menos desenvolvidos A busca de equidade no financiamento climático é crítica, pois as economias menores, com capacidades financeiras e institucionais limitadas, estão em desvantagem na busca do acesso a esses recursos. Isso se reflete nos fluxos globais de financiamento climático para a ALC por meio de mecanismos existentes entre 2010 e 2020 (<https://climatefundsupdate.org/publications/climate-finance-regional-briefing-latin-america-2020>). Essa desvantagem é agravada pelos altos custos iniciais envolvidos no desenvolvimento do projeto (como documentos de conceito e projeto, honorários advocatícios e *due diligence*, entre outros). As estimativas colocam esses custos entre US$ 200 mil e 500 mil, dependendo do projeto.[[2]](#footnote-2)/

Para atender às necessidades substanciais do mundo do investimento na ação climática, o financiamento privado deve desempenhar um papel fundamental. Exemplos de financiamento privado para o clima incluem empréstimos e obrigações ligados à sustentabilidade, empréstimos e obrigações verdes e investimentos diretos em projetos benéficos para o clima.[[3]](#footnote-3)/

A tarefa em questão certamente não é fácil, mas a Organização dos Estados Americanos (OEA) está idealmente posicionada para defender e apoiar seus Estados membros no fortalecimento do diálogo regional por meio da Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável e para prestar assistência técnica para o fortalecimento das capacidades nacionais de acesso aos fundos climáticos. A reunião ministerial pode resultar em maior coordenação regional e preparação para a COP-28, possibilitando que a região transmita uma mensagem coesa e proponha mecanismos que facilitem o acesso aos fluxos financeiros atuais e futuros. Isso permitirá que a região dê passos significativos em direção a um futuro mais sustentável, inclusivo e resiliente ao clima.

1. **Objetivo da reunião**

O objetivo da reunião é discutir os desafios e as oportunidades para aumentar os fluxos de financiamento climático, com foco na região da ALC, a fim de atender às necessidades financeiras substanciais da região na mitigação da mudança do clima e adaptação a ela. A reunião proporcionará aos Estados membros a oportunidade de compartilhar seus desafios, prioridades de ação e expectativas relacionadas com os atuais mecanismos de financiamento climático. A reunião também abordará questões não resolvidas relacionadas aos desafios enfrentados pelos mecanismos em sua implementação.

As perguntas dos Estados membros incluirão:

1. Quão significativo é para os países membros acessarem os fundos climáticos?
2. Como a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) da OEA pode colaborar com os Estados membros para aumentar sua capacidade de acesso a esses fundos quando necessário?
3. Com base na experiência do seu país, que medidas os Estados membros podem tomar para aumentar sua cota e capacidade de financiamento e investimento em matéria de clima?
4. Que medidas a região da ALC pode implementar coletivamente para aumentar o acesso e a participação no financiamento climático existente, particularmente entre as economias menores?
5. Que papel você acredita que a ALC desempenha na formação de estratégias de financiamento climático para a próxima COP-28?
6. De que assistência técnica específica o seu país necessita para reforçar sua capacidade de acesso aos fundos climáticos?
7. **Relevância para a SEDI**

* Melhorar o cumprimento dos compromissos descritos no Acordo de Paris
* Fortalecer a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
* Promover diálogos, protocolos e estruturas de compartilhamento de dados para ajudar os Estados membros a melhorar suas capacidades de mobilização de financiamento climático
* Promover o diálogo regional, a cooperação e o compartilhamento de conhecimentos sobre o financiamento climático, incluindo mecanismos de compartilhamento de boas práticas e lições aprendidas pelos bancos de desenvolvimento e pelos fundos climáticos
* Receber contribuições governamentais para uma futura Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável

1. **Mandatos da OEA**

Em 9 de junho de 2022, os Chefes de Estado e de Governo das Américas, reunidos na Nona Cúpula das Américas em Los Angeles, Estados Unidos, tendo chegado a um consenso sobre a importância de mais resiliência nas Américas, aprovaram os mandatos “Nosso futuro sustentável e verde” e “Acelerando a transição para a energia limpa, sustentável, renovável e justa”. Aqui, os Estados reconheceram que a mudança do clima é uma ameaça para a região e confirmaram a urgência de se aumentar a capacidade regional de adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas; promover a resiliência climática e o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, sem ameaça à produção de alimentos; e tornar os fluxos financeiros consistentes com um caminho para baixas emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento resiliente ao clima.[[4]](#footnote-4) **Em particular, os líderes hemisféricos determinaram que os bancos multilaterais de desenvolvimento e as principais entidades financeiras regionais considerem “identificar, desenvolver e promover esforços específicos e distintos para melhorar a mobilização do financiamento climático”.**[[5]](#footnote-5)/

Além disso, a resolução AG/RES. 2988 (LII-O/22) da Assembleia Geral da OEA de 2022, “Promovendo iniciativas hemisféricas em matéria de desenvolvimento integral: Promoção da resiliência”, na linha estratégica “Fortalecer a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável de acordo com o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) 2016-2021”, estabelece o seguinte mandato: “19. Encarregar a SEDI, na dependência da disponibilidade de recursos, de apoiar a implementação de estratégias de adaptação à mudança do clima e mitigação de seus efeitos em todos os Estados – especialmente nos países em desenvolvimento e levando em conta as vulnerabilidades específicas dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento –, oferecendo maiores oportunidades de capacitação para fortalecer a capacidade de adaptação e a resiliência climática em todo o Hemisfério, mediante a cooperação entreos Estados membros e as instituições do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas” e “20. **Recomendar à SEDI que apoie a convocação de fóruns para dialogar com bancos multilaterais de desenvolvimento e outras importantes entidades regionais de financiamento – como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento do Caribe, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica – sobre os esforços por mobilizar mais financiamento para o clima, a fim de aumentar a adoção de todas as formas de energia renovável e reduzir a vulnerabilidade frente ao clima nos países das Américas**.”

A Carta da OEA encarrega o CIDI de promover a cooperação entre os Estados membros da OEA para alcançarem o desenvolvimento integral e, em particular, eliminarem a pobreza extrema. A Carta também orienta o CIDI a “promover, coordenar e encomendar a execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organismos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados membros, em áreas tais como o desenvolvimento econômico e social, inclusive o comércio, o turismo, a integração e o meio ambiente”.

O Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) encarrega a Secretaria Geral da OEA, por meio da SEDI, de colaborar com as autoridades de desenvolvimento sustentável dos Estados membros e de se coordenar com outras entidades e organizações internacionais. O PIDS estabelece ações estratégicas para garantir que o trabalho da Secretaria-Geral em matéria de desenvolvimento sustentável esteja alinhado com a implementação da Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, e que seus objetivos e resultados sejam guiados pelos ODS aprovados pelos Estados membros e contribuam para sua realização.

O trabalho da Secretaria-Geral deverá contribuir diretamente para apoiar os Estados membros nos seus esforços para reduzir o impacto e reforçar a adaptação às alterações climáticas.

1. **Estrutura da reunião**

Para os propósitos da reunião, vários palestrantes foram convidados a explorar a arquitetura do financiamento climático e identificar barreiras e oportunidades específicas para melhorar a eficácia dos mecanismos de financiamento climático nas Américas. Os Estados membros terão a oportunidade de participar de um diálogo interativo guiado pelo Presidente do CIDI.

Após a sessão de perguntas e respostas com os palestrantes convidados, o Presidente convidará as delegações a compartilhar as boas práticas, as necessidades, os desafios potenciais e as oportunidades e/ou demandas específicas de cooperação hemisférica nessa área.

Palestrantes convidados:

* Paola Ridolfi, Gerente, Global Environment Facility
* Saliha Dobardzic, Líder de Equipe, Programação e Inovação, Fundo de Adaptação
* Cayetano Casado Gomez, Gerente Regional, Fundo Verde para o Clima
* Valerie Isaac, Coordenadora da Unidade de Sustentabilidade Ambiental, Banco de Desenvolvimento do Caribe
* Martha del Castillo, Diretora de Assessoria Técnica em Biodiversidade e Clima, CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina

1. **Resultados da reunião**
2. Melhor compreensão da arquitetura do financiamento climático e identificação de barreiras e oportunidades específicas para melhorar a eficácia dos mecanismos de financiamento climático nas Américas
3. Compartilhamento das necessidades e dos desafios específicos enfrentados pelos Estados membros no acesso ao fundo climático hoje disponível
4. Recebimento e compartilhamento entre os Estados membros de informações sobre as boas práticas para melhorar a tomada de decisões e agilizar o processo de acesso aos fundos climáticos
5. Distribuição dos principais tópicos em apoio à formulação da agenda da Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável.
6. Contribuições dos Estados membros em financiamento climático e as necessidades de envolvimento do setor privado.
7. Principais conclusões para apoiar a formulação da agenda da Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável.

CIDRP03828P04

1. . [How much money is needed to fight climate change? | The Economist](https://www.economist.com/graphic-detail/2022/11/11/how-much-money-is-needed-to-fight-climate-change) [↑](#footnote-ref-1)
2. . OEA-DSD, segundo informações coletadas com base nas experiências de bancos de desenvolvimento e de algumas agências de implementação da ONU que recebem e gerenciam fundos climáticos. [↑](#footnote-ref-2)
3. . [How to Scale Up Private Climate Finance in Emerging Economies (imf.org)](https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/10/07/how-to-scale-up-private-climate-finance-in-emerging-economies) [↑](#footnote-ref-3)
4. . Nona Cúpula das Américas. Nosso futuro sustentável e verde e a Acelerando a transição para a energia limpa, sustentável, renovável e justa. 9 de junho de 2022, Los Angeles, Estados Unidos. [↑](#footnote-ref-4)
5. . Nona Cúpula das Américas. Acelerando a transição para a energia limpa, sustentável, renovável e justa. 9 de junho de 2022, Los Angeles, Estados Unidos. [↑](#footnote-ref-5)